



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11040 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 01 - Educação Intercultural e Decolonialidade na Amazônia

LUGAR DA INTERCULTURALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
INDÍGENAS: PROJETO AÇAÍ II

Edilene Ferreira Gama - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Célio José Borges - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

**LUGAR DA INTERCULTURALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
INDÍGENAS: PROJETO AÇAÍ II**

RESUMO

O presente estudo trata da interculturalidade na formação de professores indígenas em Rondônia através do Projeto Açaí II. Nesse processo, o conceito de interculturalidade é analisado a partir de suas inserções legais e de bibliografias pertinentes ao tema, aprofundando-se no projeto político pedagógico do curso de formação de formação docente indígena denominado Açaí II. Os resultados apontam para uma concepção funcional do termo, mas com possibilidade de assumir a criticidade na prática formativa. Esse resumo é baseado na dissertação intitulada: Formação de professores indígenas em Rondônia: Projeto Açaí II: implicações para a educação étnica, apresentada ao PPGE/ UNIR, em 2022.

Palavras chave: Educação escolar indígena. Formação de professores. Interculturalidade.

1 INTRODUÇÃO

A interculturalidade como pauta de luta dos movimentos indígenas e indigenista, surgiu no final da década de 1970, tendo como marco inicial a Conferência Mundial do México (1975) sobre cultura e desenvolvimento, que indicou a necessidade de reconhecimento cultural dos povos indígenas para cercear conflitos em defesa da cultura étnica. A partir desse evento o termo foi adotado e reiterado nas lutas e reivindicações do movimento indígena.

No Brasil, com o advento do processo de abertura política, culminando com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e posteriormente o advento da LDBN 9394/1996, o direito a uma educação intercultural foi positivado e iniciaram-se as tratativas para que fosse implementado.

Assim, essa pesquisa objetiva analisar a forma como a interculturalidade foi abordada na formação dos professores indígenas no estado de Rondônia, através do Projeto Açai II.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, na qual os conceitos de interculturalidade são analisados em relação ao Projeto Político Pedagógico destinado a formação dos professores indígenas através do Projeto Açai II.

2 INTERCULTURALIDADE: ALGUNS OLHARES E APONTAMENTOS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDBN 9394/96, no artigo 78 caracteriza a educação escolar indígena como intercultural e bilíngue. Nesse contexto refletimos sobre a interculturalidade em duas abordagens: funcional e crítica.

Ressalva-se que a garantia de uma educação intercultural e bilíngue aos povos originários representa importante conquista dos movimentos indígenas e indigenistas em relação à escola indígena integracionista, pois abre espaço para a decolonização desses conceitos e a construção de uma escola que seja dos povos indígenas e não para os povos indígenas. (D'ÂNGELIS, 2017)

O conceito de interculturalidade funcional ao estado, coaduna como o multi ou pluriculturalismo, entendido como reconhecimento da existência de múltiplas culturas que convivem respeitadamente.

Nesse aspecto a valorização intercultural prega a valorização das diferentes culturas étnicas e abre espaço para a mesma no currículo escolar.

Esse conceito está presente nos Referenciais para a formação de professores indígenas (BRASIL, 2002) e no Referencial curricular nacional para a educação indígena (BRASIL, 1998).

Entretanto, não se discute o fato de que a cultura ocidental já está valorada pelo modelo econômico que atribui a ela o status de predominante. Dessa forma, o currículo da escola feita para os indígenas, foi elaborado por quem detém o poder, abre um pequeno espaço para que os conhecimentos étnicos desses povos possam ser aprendido e ensinados em seus domínios.

Autores como Walsh (2009), Colet (2006) e Faustino (2006) apontam o fato apesar de

ainda se tratar de uma concepção muito restrita de educação escolar indígena, existe uma abertura mínima para uma interpretação crítica do conceito, sendo o caminho para tanto, a movimentação do olhar focado na questão cultural como o fator que separa as populações originárias da cultura majoritária para a questão de base, na qual o fator cultural é determinado por quem opera o poder econômico.

Oferecer a valorização cultural de mão única, é suavizar os efeitos do modelo neoliberal que mantém na pobreza e na exclusão social grandes parcelas das populações étnicas. Mas é no espaço de discussão que se abre a partir desses conceitos que se pode, na decolonização do mesmo, ser assertivo na retomada do lugar de fala, para fazer a crítica consciente que leve a novas bases para a educação escolar indígena.

Sobre esse aspecto, é que afirma Walsh (2009) p. 15)

Por isso, a interculturalidade crítica deve ser entendida como uma ferramenta pedagógica, que coloca em questionamento contínuo a racionalização, subalternização e inferiorização e seus padrões de poder; viabiliza maneiras distintas de ser, viver e saber, e busca o crescimento e a criação de compreensão e condição que não só articulam e fazem dialogar as diferenças em um marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito. (Tradução nossa)

Desta forma referendando a concepção do protagonismo dos povos indígenas em sua capacidade de retomada de conceitos e territórios culturais.

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM RONDÔNIA: PROJETO AÇAÍ II

A formação de professores indígenas no estado de Rondônia como política pública iniciou-se com o Projeto Açaí I, em 1998, cujo objetivo era a capacitação dos docentes indígenas que já atuavam nas escolas de suas comunidades, na condição de professores leigos. Essa primeira turma concluiu a formação em 2004.

A segunda turma, conhecida como Açaí II, teve início em 2009 e concluiu em 2014. Nesta etapa foram atendidos 156 docentes, 26 etnias e uma variedade de 13 línguas indígenas.

Tais informações constam do projeto político pedagógico elaborado pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, 2008, doravante referida como SEDUC/RO, sendo as fontes referenciadas como Rondônia, 2008.

As vagas foram divididas proporcionalmente a quantidade de professores em cada etnia e a gestão dessa distribuição foi realizada através das Representações de Ensino da SEDUC, em cada região do estado.

A organização pedagógica do Açaí II, foi dividida em quatro etapas presenciais, com

dois módulos por etapa, totalizando 220 horas aulas por fase presencial.

Os componentes curriculares foram divididos por áreas de conhecimento: Linguagens e códigos, Ciências da natureza e matemática, Ciências humanas, Cultura indígena e Formação pedagógica.

A carga horária total foi dividida em 1768 horas presencial, 1926 horas não presenciais e o estágio supervisionado de 324 horas aula.

A parte não presencial contou com a supervisão de tutores, experientes no trabalho com educação escolar indígena, lotado nas Coordenadorias Regionais de Educação, no setor de Educação Escolar Indígena com a atribuição de organização e condução desta etapa.

Cabia ao tutor acompanhar os trabalhos nas etapas presenciais e posteriormente também apoiar as fases não presenciais nas comunidades e reunir-se quinzenalmente com todos os professores cursistas para orientações.

Segundo informações da SEDUC/RO, o quadro de professores do curso era formado por especialistas de outras instituições parceiras, mas a partir do quinto módulo, as disciplinas foram ministradas pelos técnicos da própria secretaria.

A formatura, em 2014 foi realizada em Guajará Mirim, para os cursistas da localidade e também os da Ponta do Abunã. Os demais cursistas se formaram em Ouro Preto do Oeste. A divisão se deu em razão da histórica enchente do Rio Madeira que isolou a população mais próxima do Estado do Acre.

4 A INTERCULTURALIDADE NO PROJETO AÇAÍ II

O projeto político pedagógico do Açaí II foi a fonte de pesquisa, cujo objetivo é compreender a abordagem intercultural adotada para esse curso de formação docente indígena. A menção a esse conceito está presente já no objetivo geral:

Formar professores que atuam na educação escolar indígena no Estado de Rondônia, oferecendo formação em Nível Médio (Magistério) a partir de um viés intercultural que contribua para a melhoria da Educação Escolar indígena, possibilitando às populações indígenas a valorização de suas tradições étnicas e o acesso aos bens culturais da sociedade nacional. (SEDUC, 2008)

Mesmo sendo citado como viés, não como um conceito fundante, a referência a interculturalidade abre espaço para o debate e a reflexão crítica no processo de formação e na prática do professor.

É relevante citar que, mesmo com essa referência inicial no projeto, quando submetido ao Conselho Estadual de Educação/RO, parecer 086/2009, o posicionamento ressalta a importância da ação supletiva pois os professores indígenas “tem insuficiente domínio da língua portuguesa e de valores científicos que compõe a educação escolar nos moldes ocidentais.” (CEE, 2009) Esse posicionamento já indica qual deve ser o conhecimento a ser valorizado e que tem valor universal.

O conceito da interculturalidade é polissêmico e polivocal e nesse sentido, muitas vezes se apresenta eivado de contradições. (ALMEIDA, 2017).

PPP No do projeto Açaí II, observa-se a definição de que a cultura indígena é “sutil e subjetiva, nos contextos familiar e individual” (SEDUC, 2008, p.6)

Qual seria então a cultura objetiva e de amplo valor? A que está posta acima das outras, através do seu poder econômico e para a qual a interculturalidade resume-se ao reconhecimento da existência das culturas minoritárias.

Entretanto, os princípios norteadores do projeto, abrem espaço para a possibilidade de um exercício de decolonização e a adoção de uma interculturalidade crítica que relaciona a reflexão cultural a diferença de classe, motivo da subalternização das culturas étnicas, como transcritos a seguir:

- 1 O respeito às diversidades e as especificidades dos saberes de cada etnia, bem como suas formas de ensinar e aprender.
- 2 O diálogo, a negociação de significados, a interação entre múltiplos olhares sobre a realidade baseado numa estratégia ativa e participativa, privilegiando os projetos de pesquisa e intervenção, as vivências culturais, os jogos, os trabalhos em grupo.
- 3 A autonomia e a independência diante do processo de formação, enfatizando o exercício autônomo, da pesquisa independente, do registro individual e personalizado.
- 4 A interação entre teoria e prática, partindo de problemas e situações reais, da reflexão e do debate coletivo para que os cursistas indígenas tenham contato com atividades e conteúdos disciplinares diversificados, otimizando assim o seu processo de ensino aprendizagem. (SEDUC, 2008, p.7)

As contradições presentes no documento orientador do Projeto de formação Açaí II, possibilita ressignificar o termo de forma crítica, onde reflexão cultural é permeada do ato político de reconhecimento das diferenças de classe como balizadoras do valor que se atribui a determinada cultura. (WALSH, 2009)

No que concerne as disciplinas e conteúdos programáticos do curso, na disciplina de história encontramos mais indicativos desse embate intercultural, pois os fatos são apresentados através de uma leitura crítica sobre a história dos povos originários. Nesse diálogo intercultural, a devolução do lugar de fala aos docentes indígenas apresenta-se como o caminho para uma escola indígena de fato indígena.

As disciplinas de cunho étnico, língua materna e cultura indígena, pela formação do conteúdo programático também auxiliam nas reflexões necessárias à luta pela valorização e

autonomia, mas ao analisar os relatórios de execução de etapa, observa-se que dada a diversidade linguística e étnica, a abordagem se limitou a construção de pequenos vocabulários lexicais e exploração interpretativa de algumas histórias desses povos originários.

5 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A educação escolar indígena, caracterizada pela LDB 9394/96 como intercultural e bilíngue, sinaliza novos caminhos para a educação escolar étnica, com respeito as diferenças culturais e a autonomia da comunidade para tomar decisões concernentes a seus currículos e a organização dos tempos escolares.

O foco na interculturalidade segue duas linhas interpretativas: a funcional e a crítica. No primeiro caso a base da discussão e da aplicação do conceito aferra-se apenas as diferenças culturais e o reconhecimento da existência de múltiplas culturas.

No sentido crítico, a luta é pelo reconhecimento de que a subalternização das culturas étnicas é fruto das diferenças econômicas e que o valor de uma cultura vale o que determina a cultura majoritária.

Avaliando o Projeto de formação docente indígena, Açaí II, em particular o seu projeto político pedagógico encontrou o conceito de interculturalidade tanto no aspecto crítico quanto funcional.

O currículo do curso também amplia o espaço de debate da interculturalidade nas disciplinas de história, cultura indígena e língua materna.

Nesse processo contraditório de definição, mesmo reconhecendo que isso traz aspectos negativos, é possível olhar para o espaço que se abre ao debate, a reflexão fundamentada e a retomada do lugar de fala por esses professores indígenas que se formaram e se constituíram com capacidade de liderar o diálogo nas suas comunidades e fortalecer as lutas dos povos originários por respeito, dignidade e cidadania.

REFERENCIAS

ALMEIDA, E. A. **A interculturalidade no currículo da formação de professoras e professores indígenas no programa de educação intercultural da UFPE/CAA - curso de licenciatura intercultural**. 2017. Tese. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25637>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SECAD, 1998

BRASIL. **Referenciais para a formação de professores indígenas**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SECADI, 2002

COLLET, C. L. G. Interculturalidade e educação escolar indígena: um breve histórico. In GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: MEC/SECADI, 2006. Cap 04. p. 115-130.

FAUSTINO, R. C. **Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena**. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2006. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_f973c3f1b3c045a4658e441ec7203c1e. Acesso em: 26 fev. 2020.

D'ANGELIS, W. R. **Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendaju, 2017.

RONDONIA. **Projeto Açaí II - Programa de formação de professores indígenas em Rondônia**. PRODEF/ SEDUC: Porto Velho, 2008

RONDÔNIA. **Parecer 086/2009. Autorização de funcionamento do Açaí**. Porto Velho: CEE/RO, 2009.

WALSH, C. **Interculturalidad crítica y educacion intercultural**. Artículo presentado em el seminário Interculturalidad e educacion intercultural, organizado por el instituto internacional de integraciondel Convenio Andres Bello, la Paz, 9-11 de marzo de 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/profe/Downloads/interculturalidad%20critica%20y%20educacion%20intercultural.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020